

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOJÔ SAMURAI

## CAPÍTULO I DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art. 1º - A Associação Dojô Samurais, designada pela sigla ADE é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, fundada aos 31 (trinta e um) dias do mês de Janeiro de 2017, na cidade de Maceió/AL, onde tem sede na rua Coronel Adalberto Gomes Barbosa, nº 692, Sala 01, Jatiuca, Maceió-AL, CEP- 57 025-263, com prazo de duração indeterminado, de caráter desportivo, formada por seus Associados, tendo por finalidade promover, apoiar, favorecer, divulgar e participar de atividades esportivas e de assistência social, bem como de projetos de caráter social, recreativo, educacional e esportivo pela prática do Judô.

§ 1º - A ADS, como Entidade de Promoção do Desporto da modalidade Judô, é filiada à Federação Alagoana de Judô, designada pela sigla FAJU, e à Confederação Brasileira de Judô, designada pela sigla CBJ, e por estas reconhecida como uma entidade responsável pela divulgação e prática da modalidade no território Alagoano.

§ 2º - A ADS será representada, judicialmente e extrajudicialmente por seu Presidente ou por quem este expressamente designar.

§ 3º - A ADS, gozando de autonomia administrativa quanto a sua organização e funcionamento, por si ou pelos seus poderes, associados e dirigentes, não exerce nenhuma função delegada do Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública.

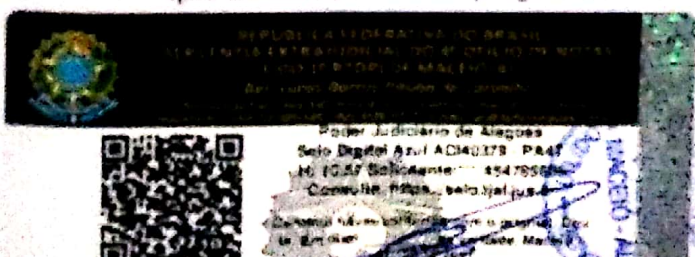
§ 4º - A ADS é reconhecida por seus associados e por terceiros que estejam envolvidos direta ou indiretamente com a prática desportiva da modalidade Judô como estando ligada as legítimas detentoras das regras de prática da respectiva modalidade, a FAJU e a CBJ, regulando-se tal prática pelas regras da modalidade emanadas da Federação Internacional de Judô, sujeitando-se às normas e regulamentos adotados e a ela impostos por esta.

§ 5º - A ADS, dentro da sua finalidade desportiva, tem como objetivo a formação e difusão do chivismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social entre todos os que lhe sejam ligados, direta ou indiretamente, por força do Judô.

Art. 2º - A personalidade jurídica da ADS é distinta das de seus Associados, não respondendo estes solidário ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas por aquele, nem aquele responderá solidário ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas por estes, não havendo direitos e obrigações recíprocas entre Associados.

§ 1º - Os membros dos Poderes da ADS não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 2º - As rendas e recursos financeiros da ADS, inclusive provenientes das obrigações que assumir, serão empregadas exclusivamente na consecução de suas finalidades.



DEL LUCYMARIA ALVES CERQUEIRA  
2ª Oficial de Títulos e 1º Repetidor de  
Títulos e Documentos a Oficial Títulos  
Av. de Pirajá 1282 - Sala 10 - Maceió - AL

Handwritten signature and initials.



## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - A ADS, constituída por seus Associados e responsáveis, no que couber, pela administração do Judô no âmbito interno, desde já reconhece, exclusivamente, a FAJU e CBJ, como órgãos de controle, fiscalização, difusão, incentivo, defesa e promoção da prática do Judô de alto rendimento e de todos os seus demais níveis.

Art. 4º - Os Associados à ADS, relativamente às controvérsias surgidas entre si, entre si e a ADS, entre si e terceiros, entre si e seus associados, entre si e os atletas e dirigentes que estejam sob sua jurisdição, entre seus associados, entre seus atletas e dirigentes, entre seus associados e os atletas e dirigentes que estejam sob sua jurisdição, devem abster-se e fazerem seus associados, os atletas e dirigentes que estiverem sob sua jurisdição e terceiros, se absterem de buscar a tutela jurisdicional, por si ou por terceiros, direta ou indiretamente, antes de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva ou dos demais Poderes internos da ADS, naquilo que couber.

## CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

### SUBSEÇÃO I DA ASSOCIAÇÃO

Art.5º -O quadro social da ADS é constituído por número ilimitado de pessoas físicas ou jurídicas, nas seguintes categorias:

- I. Associados Fundadores;
- II. Associados Beneméritos ou Honorários;
- III. Associados Atletas;

§ 1º - São Associados Fundadores aqueles que: a) Assinaram a Ata da Assembleia Geral de Constituição da ADS; ou b) Foram posteriormente admitidos no Parágrafo Segundo, abaixo.

§ 2º - Serão admitidas como Associados Fundadores os Associados Beneméritos ou Honorários, com, no mínimo 1 (um) ano nessa condição, sem nenhuma restrição administrativa ou judicial, indicados por, pelo menos, 3 (três) Associados Fundadores, tendo consigo uma quantidade mínima de Associados Atletas (estipulada em regulamento interno) regularizados juntos a ADS e FAJU, cuja indicação seja aprovada em Assembleia Geral, pelo voto de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados Fundadores.

§ 3º - São Associados Beneméritos ou Honorários pessoas físicas ou jurídicas que, por sua relevante atuação em prol da ADS e/ou da comunidade em suas áreas de atuação, venham a ser admitidas pela Assembleia Geral.

§ 4º - São Associados Atletas pessoas que participem regularmente das atividades esportivas, representando a ADS seja a nível municipal, estadual, nacional ou internacional.

§ 5º - Cada Associado Fundador terá direito a um voto nas deliberações sociais. Os Associados Beneméritos ou Honorários e Associados Atletas não terão direito a voto,

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACÉIO/AL  
Bel. Lucas Barros Pittufo de Carvalho  
Avenida da Paz, 1864 - Edif. Terra Branca - Coo. Santa Helena - Centro -  
Maceió/AL - CEP: 57.020-440 - fone: 3336-9777 - e-mail: sae@tblmaceio.mt.br

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul AC140380 - R1YX  
H: 10:57 Solicitante: ...45478566  
Consultar: https://selo.tblmaceio.br  
Certifico haver, comparecido, o original. Dou  
fé. Emitido em Maceió, 14 de Junho de 2021.  
Bel. Lucymara Alves Cerqueira - Substabelece

BEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e 1º Ofício de  
Av. da Paz nº 1864 - Santa Helena - Empresarial Terra  
Branca - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-440



mas poderão comparecer às Assembleias Gerais da ADS e a eles será assegurado o uso da palavra na discussão de assuntos relevantes na defesa dos interesses da ADS.

§ 6º - A Associação de pessoas físicas ou jurídicas a ADS se dará mediante assinatura de Termo de Associação, que deverá conter a indicação da categoria do Associado, seu nome ou denominação social e a data de sua admissão.

§ 7º - A ADS poderá receber contribuições de terceiros, em bens ou em dinheiro, que mantenham afinidade e/ou interesse com seus objetos sociais.

### SUBSEÇÃO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - São direitos dos Associados:

I - organizar-se livremente, observando na elaboração de seus atos com preceitos e exigências deste Estatuto e as normas legais aplicáveis;

II - fazer-se representar na Assembleia Geral;

III - inscrever-se e inscrever atletas e equipes e participar de competições, os requisitos técnico-desportivos;

IV - realizar e disputar competições no âmbito interno e permitir que seus façam, mediante a previa autorização da ADS, atendidas as exigências e respeitados os requisitos técnico-desportivos;

V - recorrer das decisões do Presidente ou de qualquer outro Poder da ADS cabível;

VI - tomar iniciativas que não colidam com este Estatuto e demais normas da ADS e da Entidade Estadual da modalidade, bem como as normas legais, para desenvolver o Judô, com o fim de aprimorar seus membros, formar e aperfeiçoar atletas, técnicos, árbitros e auxiliares;

VII - verificar durante a Assembleia Geral Ordinária os documentos contábeis da ADS quando prestação de contas anual para fundamentação de seu voto.

Art. 7º - São deveres dos Associados:

I - comprometerem-se a envidar esforços para a consecução dos objetos sociais, cabendo-lhes a missão de zelar pela preservação e continuidade da ADS, dentro das finalidades estatutárias.

II - reconhecer a ADS como único meio de ligação a o órgão dirigente do Judô estadual FAJU, respeitando, cumprindo e fazendo respeitar e cumprir por seus associados, suas normas, regulamentos, decisões e regras desportivas;

III - manter cadastro atualizado junto à ADS e FAJU com os documentos que lhe dão e mantém filiação atualizados, comunicando expressa e imediatamente suas alterações;

IV - pagar, pontualmente, as taxas a que estiver obrigada, as multas que lhe forem impostas e qualquer outro débito que venha a contrair com a ADS, recolhendo aos cofres desta, nos prazos fixados, os valores estabelecidos;

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho  
Avenida da Paz, 1884 - Fátima - Maceió - Al.  
Maceió - Al., CEP: 57.020-440 - Fone: (32) 3222-1111 - e-mail: lucas@notas4.com.br

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACP140381 - TCOM  
H: 1057 Soff: Lante: 454785566  
Consulte: https://selo.jfj.al.br

Carimbo Fiver, com o selo original. Dou  
e Em tese: 32122021

Bel. Lucymara Alves Cerqueira - 30031946

4º Ofício de  
Notas e  
1º RTDPI  
MACEIÓ-AL

SOMENTE COM SEU  
CARRIMBO



BEL LUCYMARALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Tabelião de  
Títulos e Documentos e Cartório Provis.  
Av. da Paz nº 1884 - Sala 15 - Empresarial Terra  
Basilis Corporate - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-440  
Fone: 32122021



- V - cobrar as multas, taxas e quaisquer obrigações que por qualquer meio venham a ser contraídas para com a ADS, por seus representantes, seus associados, seus atletas, técnicos e dirigentes, ou por toda e qualquer pessoa envolvida com a modalidade, obrigando-se perante aquela em nome destes.
- VI - pedir à ADS, que por sua vez, encaminhará a FAJU, autorização para promover ou participar de eventos internacionais, nacionais ou interestaduais por si, por suas equipes ou por terceiros, na área de sua jurisdição;
- VII - abster-se, por si, por seus associados, pelos atletas, técnicos, dirigentes, árbitros, salvo autorização expressa da ADS e FAJU, de relações desportivas com Entidades não vinculadas ao sistema oficial do desporto da modalidade de Judô, cumprindo-lhes principalmente não participar de eventos promovidos por tais Entidades;
- VIII - entregar anualmente à ADS, até 31 de janeiro, relatório de suas atividades desportivas no ano anterior;
- IX - remeter à ADS, sempre que houver novas inscrições e alterações na situação da graduação de faixa, as fichas de registro de atletas, técnicos e árbitros de suas equipes;
- X - atender à requisição ou convocação pela ADS e FAJU de atleta, técnico, árbitro e dirigente para integrar qualquer representação em competição oficial ou não;
- XI - atender às requisições de material pela ADS destinado à realização de eventos oficiais ou não;
- XII - expedir Resolução de seus atos administrativos, dando conhecimento à ADS.

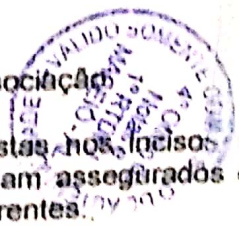
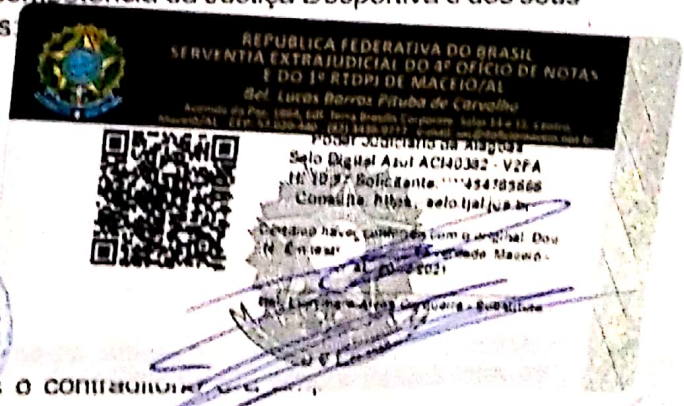
**SEÇÃO II  
DA ORDEM DESPORTIVA E SOCIAL**

Art. 8º - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito às regras de prática da modalidade, aos regulamentos, às normas emanadas de seus Poderes, do Poder Público e das entidades concernentes ao desporto, a ADS poderá aplicar às seus Associados bem como às pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente a eles vinculados, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva e dos seus demais Poderes, as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Censura Escrita;
- III - Suspensão;
- IV - Cancelamento de associação;

§ 1º - As sanções previstas nos incisos administrativos no qual sejam assegurados o contraditório e o devido processo legal, meios e recursos a ela inerentes.

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos III e IV deste artigo só serão aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva ou da Assembleia Geral, quando for o caso.



DEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º RDPI de Alagoas  
Tribunal Desportivo de Alagoas  
Av. do Pôr. nº 1884 - Sala 13 - Torre Brasília - Maceió/AL  
CEP: 57.000-000

*[Handwritten signature]*







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDI DE MACÉIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho  
Assimada em Macéi, 1886, Cód. Not. 100/1994, Livro 13, 14, Caixa  
Macéi, AL, CEP: 57000-400, Tel: (33) 3326-6177, e-mail: sergentia@sergentia.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul AC14/0384 - MSB.J  
N. 10.37 Solicitante: 454785558  
Consulta: <https://selo.jtj.al.gov.br>

Documento assinado eletronicamente pelo Juiz de Direito  
Dr. ...  
em 18/08/2021 às 14:02:21.  
Bel. Lucymara Alver Cerqueira - Substituta



II - Dois Vice-Presidentes; e,

III - Três membros efetivos e um suplente para o Conselho

§ 1º - Todos os membros da chapa deverão ser maiores de 18 anos.

§ 2º - Em caso de impugnação ao direito de participar do pleito, caberá defesa prévia ao Presidente da ADS e, de sua decisão caberá recurso à Assembleia Geral Eletiva.

§ 3º - Serão nomeados pela presidência associados, sejam eles Associados Fundadores, Associados Beneméritos ou Honorários e Associados Atletas, para ocuparem os cargos e exercerem as funções administrativas, tais como Tesouraria, Secretaria, Coordenação Técnico, entre outras que venham surgir conforme a necessidade e designadas em regimento interno.

Art. 13 - A inscrição de chapas deverá ser apresentada por pelo menos um Associado em pleno gozo de seus direitos Estatutários até vinte dias antes da data marcada para a Assembleia Geral Ordinária em que se dará a eleição, através de ofício firmado por todos os integrantes da chapa, indicando o cargo a ser preenchido.

§ 1º - A inscrição deverá se dar diretamente perante a ADS, ou mediante postagem com comprovação de recebimento, sendo o prazo de vinte dias contados do recebimento.

§ 2º - Em ocorrendo quaisquer impedimentos ou em caso de desistência expressa de integrante de chapa já inscrita, poderá ser procedida a sua substituição perante a ADS, devendo o novo integrante subscrever ato de consentimento.

Art. 14 - O Presidente da ADS poderá elaborar o Regimento Eleitoral e, havendo dúvidas ou controvérsias no pleito eletivo, caberá à Assembleia Geral em que ocorrer o pleito, antes de efetivado o mesmo, decidir sobre a controvérsia surgida.

Art. 15 - A posse dos eleitos poderá ser imediatamente após a eleição ou, caso assim decida a Assembleia, em data a ser marcada.

#### SEÇÃO IV DA DISSOLUÇÃO

Art. 16 - A dissolução da ADS somente poderá ser decidida em Assembleia Geral com votos válidos que representem no mínimo três quartos de seus Associados.

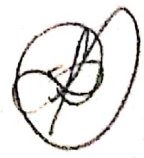
Art. 17 - Em caso de dissolução da ADS o seu patrimônio líquido reverterá em benefício de entidades de fins não econômicos conforme decisão da Assembleia Geral que a dissolver, sendo vedado aos Associados receber em restituição o valor das contribuições que prestaram ao patrimônio da Associação.

#### CAPÍTULO IV DOS PODERES

Art. 18 - São Poderes da ADS:

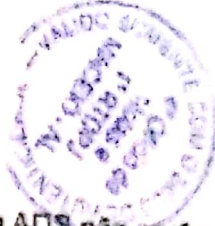


BEL LUCYMARA ALVER CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos - Outras Funções  
Av. do Paz nº 1884 - Sala 15 - Empresarial Iênis  
Bairro Corumbá - Macéi - Alagoas - CEP: 57000-440





Este documento é válido para fins de autenticação de documentos assinados digitalmente.  
Data: 10/07/2014 10:00:00  
Assinado por: [nome]  
Assinado em: [data]



- I - Assembleia Geral;
- II - Presidência;
- III - Conselho Fiscal; e,
- IV - Justiça Desportiva.

Art. 19 - Os integrantes dos Poderes da ADS não serão remunerados pelas funções que exercerem na ADS, devendo, porém, terem suas despesas ressarcidas.

Art. 20 - O membro de qualquer dos Poderes da ADS poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Art. 21 - Sempre que houver vacância definitiva de qualquer função nos Poderes da ADS, o seu substituto completará o tempo restante do mandato e, não havendo substituto, será preenchido o cargo mediante as normas eleitorais previstas no presente Estatuto para o cumprimento do prazo restante do mandato, sendo que para tanto se convocará Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo único - Não há limites quanto ao número de reconduções para o mesmo cargo, bem como para cargos distintos, nos Poderes da ADS.

Art. 22 - Compete a cada um dos Poderes da ADS a elaboração de seus respectivos Regimentos Internos.

### SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 23 - A Assembleia Geral, constituída pelos Associados Fundadores (vide art. 5º, I, § 1º), é o poder máximo da ADS, tendo autonomia para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e tomar todas as providências necessárias à defesa e desenvolvimento da ADS.

Art. 24 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. reformar o Estatuto Social da ADS, no todo ou em parte;
- II. tomar, anualmente, as contas da administração e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- III. autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens móveis e imóveis da ADS;
- IV. deliberar sobre a dissolução e liquidação da ADS;
- V. deliberar sobre a admissão, exclusão e licenciamento de Associados Fundadores e Associados Beneméritos;
- VI. deliberar sobre a reintegração de Associados Fundadores e Associados Beneméritos excluídos;
- VII. abrir e encerrar filiais e outros estabelecimentos da ADS no estado;
- VIII. preencher os cargos vagos, quando da sua atribuição;

Assinado por: [assinatura]  
Assinado em: [data]



IX. deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto.

Art. 25 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á por publicação de edital, em Nota Oficial da ADS, observado o prazo legal, e mencionará em termos precisos, a data, hora e local de sua realização, especificando, obrigatoriamente, os assuntos que deverão ser tratados. A convocação da Assembleia Geral no que se refere ao inciso III do art. 28, deste Estatuto, terá sua convocação e realização regulada pelas disposições do artigo 22 da Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998.

Parágrafo único - A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com o comparecimento da maioria absoluta de seus membros, e em segunda convocação, meia hora após, para deliberar com qualquer número.

Art. 26 - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e um Secretário. A presidência da Assembleia Geral caberá ao Presidente da ADS ou, em sua ausência, a um Associado Fundador a ser indicado pela Assembleia Geral. A escolha do Secretário caberá ao Presidente da Assembleia, podendo recair sobre qualquer um dos presentes.

Art. 27 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não computados os votos em branco, ressalvados os casos em que este Estatuto ou a legislação aplicável exigir quórum mais elevado.

Art. 28 -A Assembleia Geral reunir-se-á Ordinariamente:

I. no mês de Abril de cada ano para conhecer o Relatório das atividades da Entidade apresentado pela Diretoria;

II. apreciar as contas do exercício anterior, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

III. quadrienalmente, no mês de Abril, para eleger a Presidência e membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 29 -A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, por iniciativa da Presidência da ADS, do Conselho Fiscal, ou por solicitação escrita de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Associados Fundadores (vide art. 5º).

SEÇÃO II  
DA PRESIDÊNCIA

Art. 30 - A Presidência, órgão de administração da ADS, será constituída pelo Presidente, pelo 1º Vice-Presidente e pelo 2º Vice-Presidente, eleitos na forma deste Estatuto, com mandato de quatro anos, permitida a recondução.

§ 1º O presidente e Vice-Presidentes terão mandato de quatro anos com direito a uma

o cargo, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou adoção, do Presidente e dos Vice-Presidentes.

dem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome regular de sua gestão, mas assumem essa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACIO/AL  
Bel. Lucas Barros Dutra de Carvalho  
Poder Judiciário de Aragoiânia  
Selo Digital Azul ACH0388 - CBNT  
Habilitação Solicitante: 454785666  
Consulte: <https://selo.tjaj.jus.br>  
Consulte o valor e validade com o original. Dpv  
e Emitido em 2021  
Selo Digital Azul ACH0388 - CBNT

SEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Ofício de  
Tribuna de Conciliação e Outros Serviços  
Av. da Paz nº 100 - Vila 13 - Aragoiânia - Alagoas - CEP: 57000-400



VIII - guardar e conservar os bens móveis e imóveis da ADS, podendo alienar ou onerar os referidos bens, dependendo, quando tratar-se de bens imóveis, de autorização da Assembleia Geral;

IX - sujeitar a depósito ou aplicação em instituição bancária, os valores arrecadados pela ADS, em espécie ou em títulos;

X - elaborar ou, quando for o caso, alterar o Regimento Administrativo, dando-lhe publicidade aos Associados;

XI - elaborar anualmente o Regimento de Custas e Taxas;

XII - remeter, trimestralmente, ao Conselho Fiscal, relatório contábil;

XIII - apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, balanço financeiro do exercício findo com parecer do Conselho Fiscal, devendo a documentação em que se funda o Balanço do período findo estar à disposição da Assembleia Geral;

XIV - convocar os Poderes da ADS a se reunir, ou solicitar que este se reúna, quando for o caso;

XV - propor à Assembleia Geral a reforma deste Estatuto, quando for o caso;

XVI - autorizar a realização de competições internas homologando os seus resultados, quando for o caso;

XVII - outorgar graduação de faixas, repassando para a FAJU possíveis mudanças;

XVIII - apresentar, anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, o relatório das atividades desenvolvidas pela ADS no exercício findo;

XIX - cadastrar e promover a formação e o aperfeiçoamento de atletas, técnicos, árbitros e dirigentes;

XX - instaurar, quando lhe competir, inquérito administrativo para apurar faltas, remetendo o inquérito findo ao Poder competente para aplicar a punição ou, quando for o caso, encaminhar diretamente ao Poder competente o conhecimento da falta para apuração e aplicação da penalidade;

XXI - autuar e processar os pedidos de associação e, se regulares conforme disposições deste Estatuto e da legislação vigente, submetê-los à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária;

XXII - instaurar inquérito administrativo para apurar infração ou a necessidade de cancelar associação de pessoas de seu quadro de associados, encaminhando à Assembleia Geral o resultado do que for apurado para que esta decida sobre o cancelamento;

XXIII - exigir os documentos constitutivos bem como as alterações ocorridas na situação atualizado, certificando-lhes a regularidade quando

portativa os processos de sua competência, dando

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros, Pituba de Carvalho  
Av. da Paz nº 1084 - Sala 15 - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-440  
Maceió - Alagoas - Fone: (32) 3220-680 - 3220-6777 - E-mail: serj@tj.al.gov.br

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACM0388 - B01Q  
H: 10:57 Solicitante: \*\*\*\*454785656  
Consulta: https://selo.tjal.jus.br

Documento háver conformidade com o original. Doc  
H: 10:57 Emitido em: 20/08/2021

Bel. Lucymara Alves Cerqueira - Brasi/AL

BEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e Outros Papéis  
Av. da Paz nº 1084 - Sala 15 - Maceió - Alagoas  
Rua Coronel - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-440  
BUB.stm



XXV - nomear os representantes da ADS junto aos Órgãos da Justiça Desportiva da Entidade, quando for o caso;

XXVI - fazer publicar, através de Resolução, diretamente aos Associados, sobre as decisões emanadas de seus poderes, bem como aquelas que emanarem do Poder Público ou da FAJU, concernentes à prática e à organização do desporto ou da respectiva modalidade;

XXVII - instituir Coordenações, Assessorias e outros órgãos de apoio administrativo e desportivo regulamentando suas atribuições no Regimento Administrativo;

XXVIII - rever os seus atos administrativos e desportivos, sempre que possível, quando cabível e entendendo oportuno.

Art. 35 - Os administradores não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da ADS na prática de ato regular de sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem em virtude de infração ao disposto neste Estatuto e na legislação aplicável.

### SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros efetivos e 01 (um) membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro (quatro) anos, caberá o acompanhamento da gestão financeira da ADS.

§ 1º - O Conselho Fiscal será regido pelo que dispuser este Estatuto e pelo seu Regimento Interno.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos.

Art. 37 - Ao Conselho Fiscal compete, além do disposto na Legislação vigente, e na forma do seu regimento interno, o seguinte:

- I. fiscalizar os atos da administração e verificar o cumprimento de seus deveres legais;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil da ADS, emitindo pareceres para a Assembleia Geral, apontando erros administrativos ou qualquer violação da legislação ou deste Estatuto;
- III. examinar e emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras da ADS e sobre os demais dados concernentes à prestação de contas e aos relatórios anuais;
- IV. acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

### SEÇÃO IV JUSTIÇA DESPORTIVA

em dois graus de jurisdição, sendo o primeiro e o segundo pelo Superior Tribunal de Justiça estabelecidos pela legislação, pelos códigos de processo.



DEL LUCYMARIA ALVES CARQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e Cartório Público  
Av. da Paz nº 1804 - Sala 4 - Emp. 11111111  
Bairro Copacabana - Maceió - AL - CEP: 57010-000  
Substituta



Art. 39 - É vedado aos membros dos demais Poderes da ADS e dos Poderes dos associados desta, o exercício de cargo na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO V DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO E DO PATRIMÔNIO

Art. 40 – O exercício Financeiro da ADS coincidirá com o ano Civil.

§ 1º - Os elementos constitutivos da ordem econômica e financeira serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivo.

§ 2º - Todas as receitas e despesas estarão sujeitas a comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

§ 3º - Serão conservados em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contando da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação das despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar a situação patrimonial da ADS.

§ 4º - A ADS não buscará prioritariamente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinará o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

§ 5º - A ADS deverá buscar a transparência de sua gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direito de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão, excetuados os contratos que por sua natureza obriguem expressamente a ADS ao sigilo.

§ 6º - Todos os Associados Fundadores terão acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem da Entidade, sempre que solicitado formalmente.

Art. 41 - O Patrimônio da ADS compreende:

- I. seus bens móveis e imóveis;
- II. prêmios recebidos em caráter definitivo,
- III. os saldos positivos da execução do orçamento

Art. 42 - As fontes de recursos para manutenção da ADS e consecução de seus fins compreendem:

- I. taxas pagas pelos Associados ou terceiros;
- II. subvenções e auxílios concedidos pelo Poder Público ou por Entidade da Administração Indireta, ou decorrente da legislação;
- III. renda de torneios, competições, campeonatos ou eventos promovidos pela ADS ou por ela homologados;
- IV. taxas fixadas em regimento específico;



DEL LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e Debrás Pátrias  
Av. da Paz nº 1034 - Sala 13 - Torre 01, Terra  
Bela Corporate - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-400





Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACH0391 - J9EK  
H: 10:57 Solicitante: \*\*\*\*454785866  
Consulte: https://selo.tjal.jus.br  
Certifico haver conferido com o original. Dou  
fe. Em Maceió, 15 de Setembro de 2021.  
Bel. Lucymara Alves Cerqueira - Substituta



V. donativos e legados;

VI. rendas com patrocínios;

VII. rendas decorrentes de cessão de direitos;

Art. 43 - A despesa da ADS para sua manutenção e a consecução de seus fins compreende:

I. pagamento das contribuições devidas às Entidades a que estiver filiada;

II. pagamento de impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, condomínio, aluguéis, salários de empregados, remuneração de dirigentes nos termos e limites da lei, e outras despesas indispensáveis à manutenção da ADS;

III. despesas com a conservação e manutenção de seus bens e do material por ela alugado ou que, transitoriamente ou não, estejam sob sua responsabilidade;

IV. aquisição de material de expediente e desportivo;

V. aquisição de bens móveis e imóveis, e de veículos;

VI. custeio de campeonatos, competições, torneios e eventos;

VII. aquisição de equipamentos para a prática e desenvolvimento da modalidade, bem como para realização de competições;

VIII. assinatura de jornais, livros e revistas especializadas e a aquisição para os arquivos da ADS de quaisquer meios de reprodução de imagem, som e textos, sejam por meio impresso ou eletrônico;

IX. custeio de despesas de atletas e técnicos em campeonatos, competições, torneios, eventos e treinamentos, sejam no âmbito estadual, regional, nacional ou internacional;

X. despesa com a realização de Assembleias Gerais da ADS;

XI. gastos de publicidade da ADS;

XII. reembolso de despesas;

XIII. despesas eventuais.

Parágrafo Único - O reembolso de despesas previsto no inciso XII deste artigo engloba também as despesas decorrentes do serviço prestado por voluntários junto a ADS.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - As Normas Internas da ADS serão dadas a conhecimento de seus Associados através da Nota Oficial que será publicada no veículo de comunicação oficial da ADS, entrando em vigor a partir da data de sua publicação ou de quando for determinado pela respectiva norma.

BEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Ofício de  
Títulos e Documentos e Oúrgão Público  
Av. da Paz nº 1084 - Sala 15 - Empresarial Terra  
Fazenda Comunal - Maceió - Alagoas - CEP: 57070-400





**Parágrafo único** – O cumprimento dos preceitos e normas deste estatuto independem da edição de normas internas e regimentos, sendo este Estatuto considerado de eficácia plena e, as normas de hierarquia inferior, de edição não obrigatória.

Art. 45 - A administração social e financeira da ADS, bem como todas as suas demais atividades, subordinar-se-ão às disposições do Regimento Administrativo, sendo de competência da Presidência a sua elaboração devendo ser dado conhecimento aos Associados através de Resolução.

Art. 46 - O cumprimento deste Estatuto, bem como das normas internas da ADS e das normas e regras da respectiva entidade estadual da modalidade é de cumprimento obrigatório para os Associados e para terceiros envolvidos com a modalidade de Judô.

Art. 47 - Ficam fazendo parte integrante deste estatuto, e no que ao mesmo se aplicar, as disposições contidas na Legislação Civil e Desportiva.

**CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 48 - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de agosto de 2020 e entrou em vigor depois de registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 49 - Na data de aprovação deste Estatuto, estavam associados a ADS os membros fundadores: JÚLIO CÉSAR DE MOTA FARIAS, brasileiro, solteiro, funcionário público, R.G. nº [redacted], expedido pela PM-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Avenida Jorge de Barros, 2972 (Condomínio Mirante da Lagoa), Bloco "E", Apto: 207, no bairro da Santa Amélia, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; ELIEL DA SILVA, brasileiro, divorciado, funcionário público, R.G. nº [redacted], expedido pela PM-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Rua Firmo Correia de Araújo, 111, no bairro do Tabuleiro, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; JAILSON FEITOSA DE FARIAS JÚNIOR, brasileiro, solteiro, promotor de vendas, R.G. nº [redacted], expedido pela SEDS-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Rua Engenheiro Corinto Campelo da Paz, 58, no bairro do Santos Dumont, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; RODRIGO LOPES LIMA, brasileiro, casado, professor, R.G. nº [redacted], expedido pela SSP-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Rua Arisvaldo Pereira Cintra, 758, no bairro da Serraria, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; CARLOS HENRIQUE FIRMINO DA SILVA, brasileiro, Solteiro, gestor de projetos, R.G. nº [redacted], expedido pela SSP-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Rua Dr. Mário Nunes de Vieira, 405, no bairro de Mangabeiras; LUÍS CARLOS MARABA DA SILVA, brasileiro, solteiro, promotor de vendas, R.G. nº [redacted], expedido pela SEDS-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado à Rua João de Oliveira Melo, 176, no bairro Cidade Universitária, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; CASSIA TICIANE SILVA BEZERRA, brasileira, casada, estudante, R.G. nº [redacted], expedido pela SEDS-AL, C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado no Conjunto Eustáquio Gomes de Melo II, quadra 33, rua U1, nº 166, no bairro Cidade Universitária, na cidade de Maceió, estado de Alagoas; e, GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, solteiro, estudante, R.G. nº [redacted], C.P.F. nº [redacted], residente e domiciliado no Santos Dumont, na cidade de Maceió, estado de

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º OFÍCIO DE MACEIÓ/AL  
Rua Lucy Maria Alves Cerqueira, 4  
Maceió - Alagoas - CEP: 57080-440  
PUB. JUDICIAL DE ALAGOAS  
Selo Digital Azul AC140392 / TB.UJ  
JE 10.57 BoletoAnte... 454783966  
Consulta: https://selo.tjaj.jus.br  
O documento eletrônico tem a mesma validade  
do documento físico em Maceió/AL  
Data de emissão: 05/08/2021  
Rua Coronel Alton Cardoso Cavalcante

DEL LUCYMARIA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e Ofício de Notas  
Av. da Paz nº 1084 - 13 - Edif. Social Team  
Poaço Complexo - Maceió - Alagoas - CEP: 57080-440  
Maceió/Alagoas



Maceió-AL, 05 de agosto de 2020.

PROCEDE-INDOS

PROCEDE-INDOS

*Júlio César de Mota Farias*  
Júlio César de Mota Farias  
Presidente

*Fernando José Teixeira Medeiros*  
Fernando José Teixeira Medeiros  
OAB/AL 4361

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACI40355 - 3GQI  
N: 08-22 Solicitante: \*\*\*492.54-\*\*  
Consulta: <https://selo.tjal.jus.br>

Reconhecido por autenticação a firma de  
FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA MEDEIROS, Dou  
tr. Em teste de verdade Maceió -  
AL, 05/08/2021.

*Fernando José Teixeira Medeiros - Escrevente*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACI40354 - H9NB  
N: 08-22 Solicitante: \*\*\*492.54-\*\*  
Consulta: <https://selo.tjal.jus.br>

Reconhecido por autenticação a firma de JULIO  
CESAR DE MOTA FARIAS, Dou tr. Em teste  
de verdade Maceió -  
AL, 05/08/2021.

*Júlio César de Mota Farias - Escrevente*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Digital Azul ACI40378 - X1KZ  
N: 10-57 Solicitante: \*\*\*454785668  
Consulta: <https://selo.tjal.jus.br>

Certifico haver conferido com o original. Dou  
tr. Em teste de verdade Maceió -  
AL, 05/08/2021.

*Lucymara Alves Cerqueira - Substituta*

4º Ofício de Notas e 1º RTDPI de Maceió-AL  
VICIADO - VALIDO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
E DO 1º RTDPI DE MACEIÓ/AL  
Bel. Lucas Barros Pituba de Carvalho

Poder Judiciário de Alagoas  
Selo Marrom ACI40612 - XXEA  
14/12/2021 11:34 Solicitante: \*\*\*29.192.0001-  
29  
Consulta: <https://selo.tjal.jus.br>

Apresentado hoje, protocolado, registrado e  
arquivado eletronicamente sob N. 6420478. O que  
certifico dou tr. em teste de verdade. AL, 20/12/2021. Bel.  
Lucymara A. Cerqueira - Subst.

BEL. LUCYMARA ALVES CERQUEIRA  
4º Ofício de Notas e 1º Registro de  
Títulos e Documentos e 1º Ofício de  
Ar da Paz de Maceió - Alagoas - CEP. 57000-400  
Substituta